

1. Contexto Operacional

a) A Companhia

A ALL - América Latina Logística S.A. (“Companhia” ou “ALL”) é uma companhia brasileira constituída em 31 de dezembro de 1997, com sede na cidade de Curitiba, Paraná, que opera no segmento de transporte ferroviário na região Sul do Brasil, através da controlada ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A. (“ALL Malha Sul”), e na região Centro-Oeste e Estado de São Paulo através das controladas ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A. (“ALL Malha Paulista”), ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A. (“ALL Malha Norte”) e ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A. (“ALL Malha Oeste”). Além disso, a controlada Brado Logística e Participações S.A. (“Brado”) opera no segmento de containeres. ALL é uma subsidiária integral da Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. (“Rumo”).

Empresas	Término da concessão	Área de abrangência
<i>Subsidiárias</i>		
ALL Malha Sul	Fevereiro de 2027	Sul do Brasil e Estado de São Paulo
ALL Malha Paulista	Dezembro de 2028	Estado de São Paulo
ALL Malha Oeste	Junho de 2026	Centro-Oeste e Estado de São Paulo
ALL Malha Norte	Maior de 2029	Centro-Oeste e Estado de São Paulo
Portofer	Junho de 2025	Porto de Santos-SP
<i>Coligadas</i>		
Terminal XXXIX	Outubro de 2025	Porto de Santos-SP
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP

Todos os contratos de concessão acima apresentados apresentam cláusulas contratuais que permitem as suas prorrogações por novo prazo igual ao original. Uma lista com todas as empresas que compõem o grupo ALL está apresentada na nota explicativa nº2.6.

Contrato Rumo – ALL

Em 05 de março de 2009 a Companhia estabeleceu uma relação com a Rumo para o fomento do transporte de açúcar pela ferrovia do Estado de São Paulo com destino ao Porto de Santos. Essa relação, estabelecida para o desenvolvimento de uma parceria entre as partes, previa uma série de investimentos, entre eles a duplicação do trecho entre Campinas e Santos, a aquisição de vagões e locomotivas, e melhorias nas estruturas de terminais de carga e descarga ferroviária.

Dos ativos originados dessa parceria, terminais e o material rodante são de propriedade da Rumo e a via permanente é de propriedade da União, sob concessão da ALL Malha Paulista S.A. Em contrapartida ao investimento nesses ativos, a Rumo é remunerada por meio de comissão definida em R\$/tonelada, de acordo com volumes específicos movimentados na ferrovia com destino ao Porto de Santos. A tarifa do transporte ferroviário é determinada em contrato e estabelece competitividade em relação ao transporte rodoviário.

Os investimentos do projeto podem ser divididos em duas naturezas distintas e, portanto, possuem os seguintes tratamentos:

- (i) A parte do investimento em material rodante, de propriedade da Rumo, está classificada como um arrendamento mercantil operacional, e os custos relativos a este arrendamento são considerados custos operacionais;

- (ii) A parte do investimento em via permanente, de propriedade da União, sob concessão e controle da ALL Malha Paulista S.A., está classificada como um ativo imobilizado da Companhia. O investimento recebido da Rumo segue contabilizado no passivo como receita diferida em 31 de dezembro de 2014 e transação com parte relacionada a partir de 1º de abril de 2015 (aquisição da Companhia pela Rumo).

Aquisição da Companhia pela Rumo

Em 8 de maio de 2014, os acionistas da Rumo deliberaram em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação das ações de emissão da ALL, com eficácia suspensa até a obtenção da aprovação da Incorporação de Ações pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), pela Agência Nacional de Transportes (“ANTT”), bem como por eventuais outros órgãos da administração pública cujas autorizações prévias se façam necessárias e verificação (ou dispensa pela parte aplicável) das demais condições precedentes previstas na proposta enviada pela Rumo à ALL em 24 de fevereiro de 2014, para a consumação da Incorporação de Ações.

Em 11 de fevereiro de 2015, em atenção ao estabelecido no artigo 2º da Instrução CVM nº 358/2002, foi aprovado pelo CADE, por unanimidade, nos termos do art. 61 da Lei nº 12.529/2011, o ato de Concentração relativo à incorporação de ações de emissão da ALL pela Rumo, mediante a celebração de um Acordo em Controle de Concentração (“ACC”).

Por força do ACC, a nova companhia passou a adotar determinados comportamentos voltados a eliminar as preocupações concorrenciais identificadas no parecer da Superintendência Geral do CADE.

Essas obrigações comportamentais vigorarão pelo prazo de até 7 (sete) anos e visam, sobretudo, assegurar atendimento isonômico aos usuários dos serviços de transporte ferroviário de cargas, principalmente por meio de reforço das regras de governança, da adoção de mecanismos de transparência nos parâmetros de tarifação, controle de atendimento dos serviços e da limitação do uso do transporte ferroviário por partes relacionadas.

Em 19 de março de 2015 a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”) aprovou o processo de alteração de controle, que era a última condição precedente para a efetivação da incorporação.

Em 23 de março de 2015 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a incorporação, e a partir de 1º de abril de 2015, as ações de emissão da Rumo, já refletindo os efeitos da Incorporação de Ações, passaram a ser negociadas na BM&FBOVESPA. Em decorrência deste processo as ações de emissão da ALL (BM&FBovespa: ALLL3) deixaram de ser negociadas na BM&FBOVESPA em 31 de março de 2015. Com isto, em 1º de abril de 2015, a ALL se tornou uma subsidiária integral da Rumo, e controlada indireta da Cosan Limited

b) Restrições e condições de operação na concessão outorgada à ALL Malha Sul, ALL Malha Paulista e ALL Malha Oeste

As controladas estão sujeitas ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão das Malhas Ferroviárias.

Os contratos de concessão dessas controladas serão extintos por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária.

Na eventualidade de ocorrer a extinção de alguma das concessões, os principais efeitos seriam os seguintes:

- Retornariam à União todos os direitos e privilégios transferidos às controladas, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido;
- Os bens declarados reversíveis serão indenizados pela União pelo valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis das controladas, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estará sujeito a avaliações técnica e financeira por parte da União. Toda e qualquer melhoria efetivada na superestrutura da via permanente não será considerada investimento para fins dessa indenização.

c) Exercício de direito de liquidez na Brado:

Em 3 de junho de 2015 a Companhia, informou ao mercado que parte dos acionistas não controladores da Brado exerceram o direito de liquidez previsto no acordo de acionistas, que possibilita a saída dos Acionistas Originais via troca de ações. Decorrente disso, a Companhia e os Acionistas Originais elaboraram laudos de avaliação, com base no valor econômico das companhias, para definição da relação de troca, a qual ainda não aconteceu.

d) Situação econômico financeira da Companhia

Quando da elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração fez uma avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia no futuro previsível. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentou um capital circulante líquido consolidado negativo de R\$2.360.279 e prejuízo consolidado de R\$1.190.878. Em compensação, apresentou uma geração líquida consolidada de caixa operacional de R\$1.339.462 e efetuou investimentos em modernização de sua frota e melhoria da malha ferroviária no montante de R\$1.158.619, em linha com o seu plano de negócios.

Apesar da obtenção de resultados operacionais positivos e crescentes, alinhados com as estimativas e o plano de negócios da Administração, a difícil situação econômica e tensão política no Brasil têm influenciado o acesso da Companhia aos mercados de capitais e de renegociação da dívida corrente. Aproximadamente R\$2.000.000 em dívidas, arrendamentos e créditos imobiliários serão pagos em 2016 e, apesar de parte deles estarem sujeitos a negociações em curso com os credores, nenhum acordo para reperfilamento foi formalizado até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras.

As atuais projeções de fluxos de caixa operacional, de investimento e de financiamento em 2016, juntamente com um compromisso de aporte do controlador final Cosan Limited de até R\$750.000 em caixa como dívida ou capital para financiamento da Companhia e sua controladora Rumo, mitigam qualquer incerteza significativa sobre a capacidade da Companhia de continuar operando no futuro previsível, ou seja, ao menos doze meses, a partir de 31 de dezembro de 2015.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 21 de março de 2016.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia e de suas subsidiárias domiciliadas no Brasil, uma vez que é a moeda do principal ambiente econômico em que operam, geram e consomem caixa. Para as controladas localizadas no exterior, cuja moeda funcional difere do Real, os seus ativos e passivos foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio do fechamento do exercício e os resultados foram convertidos pela taxa média mensal durante o exercício. Os efeitos da conversão estão registrados em outros resultados abrangentes e no patrimônio líquido.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

Em função da aquisição pela Rumo, a Companhia passou por uma revisão de suas principais estimativas, fato que impactou o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. As principais estimativas revisadas foram:

- Vidas úteis dos ativos imobilizados: até 31 de março de 2015, a Companhia não apresentava um controle individualizado dos seus ativos de longo prazo. Em 1º de abril de 2015 o trabalho de individualização dos ativos foi concluído, fato que permitiu uma clara aferição de suas vidas úteis, que foram adotadas a partir desta data, trazendo uma carga de depreciação maior aos custos dos serviços prestados.
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa: a partir de 1º de abril de 2015 a Companhia passou a adotar o critério de sua nova controladora, onde os saldos vencidos acima de 90 dias são 100% provisionados, salvo exceções onde são apresentadas garantias reais ou negociações específicas.

- Provisão para realização de estoques de peças de manutenção: com a aquisição da Companhia pela Rumo e a perspectiva de aquisição de novas locomotivas e vagões, os estoques que seriam utilizados na manutenção de equipamentos antigos foram considerados para provisão para realização uma vez que existe um plano de descontinuidade dos ativos antigos que demandariam tais peças.
- Provisão para demandas judiciais: a nova administração da Companhia efetuou uma revisão geral das contingências atentando para (i) o valor atualizado das causas, (ii) revisão dos riscos de perda, (iii) análise detalhada das defesas propostas, (iv) revisão da estratégia de defesa e (v) fase processual. Desta forma a estimativa do valor relacionado a contingências prováveis foi alterado com base na melhor estimativa da nova administração.

A revisão das estimativas acima trouxe impacto redutor, antes dos impostos, de R\$ 756.996 aos resultados do exercício, alocados nas linhas de custo dos serviços prestados (R\$ 409.219), despesas com vendas, gerais e administrativas (R\$33.878) e outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (R\$ 313.899), fato que não necessariamente os torna comparáveis com os saldos correspondentes de períodos anteriores.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 10 e 11 - Imobilizado e Intangível**

O cálculo da depreciação e amortização de ativos intangíveis e imobilizado inclui as estimativas das vidas úteis. Além disso, a determinação do valor justo na data de aquisição dos ativos intangíveis e imobilizado adquiridos em combinações de negócios é uma estimativa significativa.

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis e imobilizados. Além disso, um teste de *impairment* é efetuado anualmente para o ágio. Um *impairment* existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

- **Nota 16 - Arrendamento mercantil**

A Companhia contratou arrendamentos mercantis de material rodante (locomotivas e vagões). A classificação do arrendamento como operacional ou financeiro é determinada com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos. A Companhia identificou os casos em que assume substancialmente todos os riscos e benefícios significativos da propriedade dos referidos bens, registrando esses casos como arrendamento financeiro.

- **Nota 13 - Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na extensão em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual estes possam ser utilizados. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

- **Nota 26 - Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros**

Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, ele é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, tais como o risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

- **Nota 15 - Provisão para demandas judiciais**

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, são utilizadas para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos contábeis, incluindo o nível de hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, sempre que possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (a) os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- (b) os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.5 Apresentação das Informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas controladas.

Com a aquisição da Companhia pela Rumo, a Administração iniciou uma reformulação interna que culminou com a criação de duas vice-presidências, sendo a primeira focada nas operações Sul (composta pelas operações ferroviárias e transbordo na área de concessão da ALL Malha Sul e da ALL Malha Oeste) e a segunda focada nas Operações Norte (composta pelas operações ferroviárias, transbordo e elevações portuárias nas áreas de concessão da controladora Rumo, da ALL Malha Norte e da ALL Malha Paulista). Um terceiro segmento é composto pela Brado, controlada indireta da Companhia, focada na operação de contêineres e outros resultados das operações de contêineres nas malhas. Com isso, a Companhia passou a apresentar três segmentos: (i) Operações Norte, (ii) Operações Sul, e (iii) Operações de Contêineres.

2.6 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, listadas a seguir:

	Participação direta e indireta	
	31/12/2015	31/12/2014
<u>Controladas diretas</u>		
ALL Intermodal S.A.	100,00%	100,00%
ALL Malha Oeste S.A.	100,00%	100,00%
ALL Malha Paulista S.A.	100,00%	100,00%
ALL Malha Sul S.A.	100,00%	100,00%
ALL Malha Norte S.A.	99,24%	99,24%
ALL Participações S.A.	100,00%	100,00%
Boswells S.A.	100,00%	100,00%
Brado Holding S.A.	100,00%	100,00%
Tezza Consultoria de Negócios Ltda.	99,99%	99,99%
ALL Equipamentos Ltda.	99,99%	99,99%
ALL Argentina S.A.	90,96%	90,96%
Paranagua S.A.	99,83%	99,83%
ALL Rail Management Ltda.	50,01%	50,01%
<u>Controladas indiretas</u>		
ALL Armazéns Gerais Ltda.	100,00%	100,00%
Portofer Ltda.	100,00%	100,00%
Brado Logística e Participações S.A.	62,22%	62,22%
Brado Logística S.A.	62,22%	62,22%
ALL Mesopotâmica S.A.	70,56%	70,56%
ALL Central S.A.	73,55%	73,55%
PGT S.A.	100,00%	100,00%

a) Combinação de Negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos e passivos assumidos. Qualquer ágio derivado da transação é testado anualmente para perda por redução ao valor recuperável (teste de *impairment*). Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes aos pagamentos de relacionamentos pré-existent. Esses montantes são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Participação de acionistas não controladores

Para cada combinação de negócios, a Companhia opta por mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida, com base em:

- seu valor justo; ou
- pela participação proporcional dos ativos líquido identificáveis da adquirida.

Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizados como transações de patrimônio líquido.

c) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta aos retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a investida e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a investida. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, controladas são contabilizadas pelo uso da equivalência patrimonial.

d) Investimento em coligadas (equivalência patrimonial das investidas)

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as suas políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% do poder votante da entidade.

As seguintes coligadas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:

	<u>Participação direta e indireta</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Coligadas (Equivalência patrimonial)		
Rhall Terminais Ltda.	30,00%	30,00%
Termag S.A. (i)	19,85%	19,85%
TGG S.A. (i)	9,92%	9,92%
Terminal XXXIX S.A.	49,62%	49,62%

- (i) Para essas coligadas a conclusão sobre a existência de influência significativa decorre da participação de representante da Companhia no conselho da coligada.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. O custo dos investimentos incluem os gastos com transação.

As demonstrações financeiras incluem receitas e despesas e variações patrimoniais de coligadas, na proporção da participação da Companhia, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquelas da Companhia.

e) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intergrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intergrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados similarmente, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.7 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais de cada controlada, utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

2.8 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros disponíveis para venda ou empréstimos e recebíveis.

➤ Ativo financeiro disponível para venda

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda incluem CDBs e títulos do governo.

➤ Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, recebíveis de partes relacionadas e caixa restrito.

➤ Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros resgatáveis em três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

b) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

A Companhia normalmente classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado mediante o método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamento mercantil, certificado de recebíveis imobiliários, fornecedores, pagáveis a partes relacionadas, dividendos a pagar e parcelamento de débitos - REFIS.

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Como a Companhia não se utiliza do mecanismo de *hedge accounting*, após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

2.9 Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição e pelo valor realizável líquido.

O valor realizável líquido é ajustado com base em obsolescência e eventuais perdas uma vez que o estoque da Companhia é para consumo próprio na forma de combustível ou peças de manutenção. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.10 Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida;
- uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção dos equipamentos e restauração do local em que eles estão localizados, quando a Companhia tem a obrigação de retirar o bem ou restaurar o local; e
- custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(i) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

(ii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do momento em que estiverem disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de bens do ativo imobilizado menos seus valores residuais estimados usando o método linear ao longo de suas vidas úteis estimadas. A depreciação é geralmente reconhecida nos lucros ou prejuízos, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor prazo entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a menos que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade no fim do prazo da locação. Terrenos não são depreciados.

A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil média de cada ativo, seguindo vidas úteis (em anos) demonstradas abaixo:

Edifícios e benfeitorias	10 - 25
Máquinas, equipamentos e instalações	4 - 10
Aeronaves, embarcações e veículos	5 - 10
Vagões	
Benfeitorias	1 - 27
Próprios	30 - 35
Locomotivas	
Benfeitorias	1 - 23
Próprios	25 - 30
Vias permanentes	
Benfeitorias	2 - 23
Próprios	2 - 97
Móveis e utensílios	4 - 10
Equipamentos de informática	4 - 10

Os custos da manutenção periódica normal são contabilizados em despesas quando incorridos uma vez que os componentes substituídos não melhorem a capacidade produtiva ou introduzam aprimoramentos aos equipamentos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, se apropriado.

2.11 Intangíveis

a) Direito de concessão

O direito de concessão gerado na combinação de negócios envolvendo a aquisição das Malhas Norte e Paulista foi alocado nessas duas malhas e sua amortização será realizada linearmente até o final do contrato de concessão.

b) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

c) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

d) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso sejam adequados.

2.12 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

➤ Ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

➤ Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes com base na taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs).

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada com ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.13 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

2.14 Benefícios a empregados

➤ Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios a empregados de curto prazo são mensuradas em uma base não descontada e são contabilizadas conforme o serviço relacionado seja prestado. Um passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em bônus em dinheiro de curto prazo ou planos de participação nos lucros se o grupo tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação pode ser estimada de forma confiável.

➤ Transações de pagamento baseado em ações

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*).

➤ Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

2.15 Receita

a) Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas quando a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável. Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário e transporte de contêineres, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos no momento em que o serviço logístico é prestado.

b) Receita diferida

A Companhia possui receita diferida composta por adiantamentos recebidos de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

2.16 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

a) Ativos arrendados

Ativos detidos pela Companhia no âmbito de contratos de arrendamento que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os ativos detidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

b) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos linearmente como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada exercício durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Os valores pagos antecipadamente pela Companhia são registrados no ativo e alocados no resultado linearmente no decorrer do prazo do contrato. Os encargos incorridos no exercício de carência são registrados no resultado e mantidos como obrigações a pagar, sendo baixados proporcionalmente ao pagamento das parcelas correntes.

2.17 Receitas e despesas financeiras

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais sobre ativos e passivos financeiros são reportados em uma base líquida ou como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se os movimentos em moeda estrangeira estão em uma posição de ganho líquido ou perda líquida.

2.18 Impostos e contribuições

Imposto de renda abrange o imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%. As despesas com imposto compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto na medida em que se trata de uma combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Além disso, para algumas controladas o imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base na aplicação do percentual de presunção de lucro de 32% sobre as receitas operacionais auferidas incidindo alíquota de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a receita tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre a receita auferida tributável para contribuição social.

a) Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal; e
- diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível;

A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, na data do balanço, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão, utilizando as taxas de imposto aprovadas na data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e são relacionados a mesma entidade tributável.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal será realizado.

c) Impostos indiretos

A receita é reconhecida líquida de descontos e impostos sobre vendas.

d) Riscos fiscais

Na determinação do montante de imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos. Esta avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem tornar-se disponíveis, que pode fazer com que a Companhia mude sua decisão sobre a adequação das obrigações fiscais existentes; tais alterações terão impacto na despesa de imposto no exercício em que tal determinação é efetuada.

2.19 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. A controlada ALL Malha Norte possui um incentivo fiscal cujo benefício compreende redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração iniciado em 2008 e término do prazo em 2024.

2.20 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

2.21 Fluxo de caixa – transações que não envolveram caixa

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram o caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa consolidados:

- Arrendamento de locomotivas, vagões e outros ativos através de operação caracterizada contabilmente como leasing financeiro no montante de R\$ 253.795.

2.22 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC.

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, publicado em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.
A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.
A IFRS 9 é efetiva para o exercício a iniciar em 1º de janeiro de 2018.
- IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes exige o reconhecimento da receita refletindo a contraprestação esperada a receber em troca do controle desses bens e serviços. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - Contratos de Construção, a IAS 18 - Receitas e correspondentes interpretações. A IFRS 15 é efetiva para o exercício a iniciar em 1º de janeiro de 2018.
- IFRS 16 – Arrendamentos, foi emitida em 13 de janeiro de 2016. Espera-se um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia, pois todos os arrendamentos nos quais a Companhia é arrendatária deverão estar reconhecidos no balanço. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2019 e substitui a IAS 17 – Arrendamentos.

A Companhia ainda está avaliando os efeitos que as normas acima terão nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. Não há outras novas normas IFRS ou interpretações IFRIC que se espera que tenha um impacto significativo sobre a Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Bancos conta movimento	3.355	2.239	4.690	6.427
Aplicações financeiras ⁽ⁱ⁾	168	27.400	31.142	1.320.695
	3.523	29.639	35.832	1.327.122

(i) As aplicações financeiras estão substancialmente compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Aplicações em fundos exclusivos				
DPGE	-	45	-	2.807
Fundos de investimento	39	954	1.172	110.632
Títulos do governo	-	6.924	-	139.277
	39	7.923	1.172	252.716
Aplicações em bancos				
Certificado de depósitos bancários - CDB	129	13.017	25.728	894.013
Operações compromissadas	-	6.460	4.242	173.966
	129	19.477	29.970	1.067.979
	168	27.400	31.142	1.320.695

4. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Debêntures	-	805	-	3.870
Aplicações em CDB	-	-	234.764	184.359
Títulos do governo	2.266	-	273.504	2.748
	2.266	805	508.268	190.977

O caixa restrito apresentado no ativo não circulante é representado por aplicações financeiras que são vinculadas a empréstimos junto ao BNDES e Caixa Econômica Federal no montante de R\$77.262 (R\$ 184.359 em 31 de dezembro de 2014), bem como *escrow* para suporte a fianças bancárias R\$123.631 em 31 de dezembro de 2015.

5. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Contas a receber de clientes				
No Brasil	26.049	37.662	156.040	411.268
Na Argentina	-	-	6.282	7.702
	26.049	37.662	162.322	418.970
(-) Provisão de créditos de liquidação duvidosa				
No Brasil	-	(4.101)	(34.803)	(14.774)
Na Argentina	-	-	(6.282)	(7.481)
	-	(4.101)	(41.085)	(22.255)
	26.049	33.561	121.237	396.715
Circulante	4.913	7.889	100.101	371.043
Não circulante	21.136	25.672	21.136	25.672

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes, líquido da provisão de créditos de liquidação duvidosa são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
A vencer	25.671	33.561	93.859	168.858
Vencidas				
Até 30 dias	378	-	17.249	42.222
De 31 a 60 dias	-	-	1.954	15.558
De 61 a 90 dias	-	-	3.021	10.758
Mais de 90 dias	-	-	5.154	159.319
	26.049	33.561	121.237	396.715

A movimentação da provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo em 1º de janeiro de 2014	4.101	-	22.255	35.304
Adições	2.869	4.101	28.560	3.578
Reversões	(6.970)	-	(9.730)	(24.108)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	4.101	41.085	14.774

A política de provisão da Companhia contempla a provisão de saldos vencidos há mais de 90 dias, exceto quando houver evidências objetivas ou garantias reais sobre os saldos. Para clientes que possuem uma fatura vencida há mais de 90 dias, faturas vencidas há menos tempo ou ainda não vencidas também são consideradas para fins de provisão.

6. Estoque

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Peças e acessórios	-	-	197.614	90.234
Combustíveis e lubrificantes	-	-	9.864	9.032
Outros	10	93	11.738	3.391
	10	93	219.216	102.657

7. Demais tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Créditos federais a compensar PIS/COFINS	-	-	274.490	395.870
ICMS (i)	-	-	310.769	219.977
ICMS CIAP (ii)	-	-	164.500	172.007
Outros	901	901	13.168	5.895
	901	901	762.927	793.749
Circulante	901	901	170.185	339.234
Não circulante	-	-	592.742	454.515

- (i) Créditos de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizados na prestação de serviço de transporte.
(ii) Créditos de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

8. Transações com partes relacionadas

	Controladora											
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante		Receitas		Despesas/Custos	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Controladas												
ALL Argentina	-	-	671	3.102	-	-	4.733	4.732	-	-	-	-
ALL Equipamentos	-	-	-	-	-	-	272	270	-	-	-	-
ALL Malha Norte ⁽ⁱ⁾	1.000	-	-	-	293.012	-	153.576	475.300	12.000	22.538	65.600	-
ALL Malha Paulista ⁽ⁱ⁾	24.051	-	6.600	-	-	-	-	274.921	29.678	22.476	43.733	-
ALL Malha Sul ⁽ⁱ⁾	-	-	683	4.394	2.801	-	-	-	1.540	-	-	-
ALL Malha Oeste ⁽ⁱ⁾	-	-	-	-	5.139	-	110.491	25	-	-	18.083	-
ALL Participações	-	-	-	-	-	-	11	11	-	-	-	-
ALL Serviços	-	-	-	-	2.038	-	-	12.209	-	-	-	364
Brado	6.935	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intermodal	-	-	-	-	-	-	11.093	-	-	-	123	-
Boswells	-	-	-	-	-	-	24.401	12.763	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	287	-
Coligadas												
PGT	-	-	-	-	-	-	76	76	-	-	-	-
	31.986	-	7.954	7.496	302.990	-	304.653	780.307	43.218	45.014	127.826	364

	Consolidado									
	Ativo circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante		Receitas		Despesas/Custos	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Raízen Energia	720	-	4.990	-	-	-	7.570	-	3.894	-
Raízen Combustíveis ⁽ⁱⁱ⁾	2.177	-	69.851	-	-	-	83.569	-	444.992	-
Comgás	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rumo ⁽ⁱⁱⁱ⁾	72.954	-	90.401	-	861.288	-	81.750	-	190.687	-
Logisport	-	-	-	-	-	-	26	-	73	-
Cosan	-	-	18	-	-	-	-	-	-	-
CLE	-	-	3.541	-	-	-	-	-	30.888	-
	75.851	-	168.801	-	861.288	-	172.915	-	670.534	-

- (i) As transações com as malhas são decorrentes de aluguéis de material rodante (locomotivas e vagões), máquinas e equipamentos, armazenagens, partilhas de fretes, direito de passagem, bem como, recursos financeiros;
- (ii) O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2015 junto a Raízen Combustíveis refere-se a aquisição de combustíveis conforme contrato firmado entre as partes.;
- (iii) O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2015 junto a Rumo refere-se principalmente ao fee do contrato de prestação de serviço firmado conforme descrito na Nota 1. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2015 junto a Rumo refere-se a contratação de transporte ferroviário conforme contrato.

Remuneração da Administração

A remuneração fixa e variável das pessoas chave da administração registrada no exercício findo em em 31 de dezembro de 2015 totalizou R\$ 4.987 (R\$ 28.703 em 31 de dezembro de 2014), sendo toda a remuneração classificada como benefícios de curto prazo.

9. Investimentos

a) Controladora

	Controladas / coligadas				Equivalência patrimonial		Controladora					
							Valor dos investimentos		Direito de concessão		Total investimento	
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Controladas Diretas												
ALL Malha Sul	2.858.654	2.650.938	207.716	(555.924)	(555.924)	(908.348)	207.715	404.585	-	-	207.715	404.585
ALL Intermodal	99.960	39.494	60.466	(21.639)	(21.639)	(103.653)	60.466	82.105	-	-	60.466	82.105
ALL Serviços	35.927	1.691	34.236	11.329	11.328	27.729	35.835	24.507	-	-	35.835	24.507
ALL Equipamentos	288	1	287	1	1	-	287	286	-	-	287	286
ALL Malha Paulista	4.985.257	4.945.106	40.151	(206.096)	(206.096)	(316.120)	40.150	246.246	254.391	273.402	294.541	519.648
ALL Malha Norte	6.602.844	4.564.083	2.038.761	169.097	167.688	127.428	2.023.487	1.887.225	1.891.703	1.921.348	3.915.190	3.808.573
Boswells	24.429	-	24.429	(2)	(2)	471	24.429	16.749	-	-	24.429	16.749
Rail Management	1.063	307	756	(1.466)	(733)	2.602	379	2.820	-	-	379	2.820
Brado Holding	820.642	302.664	517.978	(24.355)	(24.355)	25.791	322.286	360.247	-	-	322.286	360.247
Paranaguá S.A.	1.935	258	1.677	(10.975)	(10.956)	(4.554)	1.674	85	-	-	1.674	85
					(640.688)	(1.148.654)	2.716.708	3.024.855	2.146.094	2.194.750	4.862.802	5.219.605

	Movimentação								
	31/12/2014	Equivalência patrimonial	Aumento de capital	AFAC	Ganho/perda de investimento	Dividendos	Resultado de operação descontinuada	Variação cambial PL	31/12/2015
Investimento:									
ALL Malha Sul	404.585	(555.924)	110.000	249.054	-	-	-	-	207.715
ALL Intermodal	82.105	(21.639)	-	-	-	-	-	-	60.466
ALL Serviços	24.507	11.328	-	-	-	-	-	-	35.835
ALL Equipamentos	286	1	-	-	-	-	-	-	287
ALL Malha Paulista	246.246	(206.096)	-	-	-	-	-	-	40.150
ALL Malha Norte	1.887.225	167.868	-	-	-	(31.606)	-	-	2.023.487
Boswells	16.749	(182)	-	-	-	-	-	7.862	24.429
Rail Management	2.820	(733)	-	-	-	(1.708)	-	-	379
Brado Holding	360.247	(24.355)	-	-	-	(13.606)	-	-	322.286
Paranaguá S.A.	85	(10.956)	11.167	-	-	-	-	1.378	1.674
	3.024.855	(640.688)	121.167	249.054	-	(46.920)	-	9.240	2.716.708
Passivo a descoberto:									
ALL Participações	(9.259)	(1.181)	-	-	-	-	-	667	(9.773)
ALL Argentina	(10.799)	-	-	-	-	-	(11.699)	2.411	(20.087)
ALL Malha Oeste	(342.748)	(141.691)	-	-	-	-	-	-	(484.439)
	(362.806)	(142.872)	-	-	-	-	(11.699)	3.078	(514.299)
	2.662.049	(783.560)	121.167	249.054	-	(46.920)	(11.699)	12.318	2.202.409

	Movimentação									
	31/12/2013	Equivalência patrimonial	Aumento capital	Ajustes reflexos	Ganho/perda de investimento	Dividendos	Baixas	Resultado de operação descontinuada	Variação cambial PL	31/12/2014
Investimento:										
ALL Malha Sul	782.959	(908.348)	528.000	1.974	-	-	-	-	-	404.585
ALL Intermodal	185.758	(103.653)	-	-	-	-	-	-	-	82.105
ALL Serviços	100	27.729	-	-	-	(3.322)	-	-	-	24.507
ALL Equipamentos	286	-	-	-	-	-	-	-	-	286
ALL Malha Paulista	562.238	(316.120)	-	128	-	-	-	-	-	246.246
ALL Malha Norte	1.778.515	127.428	-	(52)	-	(18.666)	-	-	-	1.887.225
Boswells	12.998	471	-	-	-	-	-	-	3.280	16.749
Rail Management	218	2.602	-	-	-	-	-	-	-	2.820
Brado Holding	334.456	25.791	-	-	-	-	-	-	-	360.247
Vetria Mineração S.A	1.892.295	-	-	206.339	-	-	(55.914)	(2.042.720)	-	-
Paranaguá S.A.	1.068	(4.554)	4.089	3	(1)	-	-	-	(520)	85
	5.550.891	(1.148.654)	532.089	208.392	(1)	(21.988)	(55.914)	(2.042.720)	2.760	3.024.855
Passivo a descoberto:										
ALL Participações	(10.246)	(208)	-	-	-	-	-	-	1.195	(9.259)
ALL Argentina	(9.735)	-	-	-	-	-	-	(2.052)	988	(10.799)
ALL Malha Oeste	(20.574)	(322.302)	-	128	-	-	-	-	-	(342.748)
	(40.555)	(322.510)	-	128	-	-	-	(2.052)	2.183	(362.806)
	5.510.336	(1.471.164)	532.089	208.520	(1)	(21.988)	(55.914)	(2.044.772)	4.943	2.662.049

Controladas com patrimônio líquido negativo (Controladora):

	Controladas		Controladora			
	Passivo a descoberto	Resultado do exercício	Movimentação da		Provisão para	
			provisão para passivo a descoberto no exercício		Passivo a descoberto	
			31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Controladas diretas						
ALL Participações	(9.774)	(1.180)	(1.180)	(208)	(9.773)	(9.259)
ALL Argentina ⁽ⁱ⁾	(29.885)	(12.861)	-	-	(20.087)	(10.799)
ALL Malha Oeste	(484.440)	(141.692)	(141.692)	(322.302)	(484.439)	(342.748)
			(142.872)	(322.510)	(514.299)	(362.806)

- (i) A ALL Argentina rescindiu o contrato de concessão do serviço de transporte de suas subsidiárias, descontinuando a suas operações a partir da data de rescisão do contrato. O saldo de movimentação do passivo a descoberto dessa controlada no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 11.699 contabilizado como operação descontinuada.

b) Consolidado

Avaliados pela equivalência patrimonial	Valor contábil dos investimentos	
	31/12/2015	31/12/2014
Coligadas		
Rhall Terminais	3.845	3.503
TGG	19.701	15.827
Terminal XXXIX	15.558	15.680
Termag	5.138	6.220
	44.242	41.230

10. Imobilizado

	Consolidado							Controladora
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (i) (ii)	Obras em andamento	Via Permanente (i)	Outros ativos	Total	Total
Valor de custo:								
Em 31 de Dezembro de 2014	319.262	47.658	5.121.415	742.689	5.375.522	1.043.473	12.650.019	3.058
Adições	3.096	2.060	277.079	1.128.096	1	1.500	1.411.832	1.602
Baixas	-	(1.514)	(13.357)	-	(2.297)	(20.963)	(38.131)	-
Transferências	6.260	(23.921)	503.697	(1.458.365)	986.647	(48.258)	(33.940)	486
Em 31 de Dezembro de 2015	328.618	24.283	5.888.834	412.420	6.359.873	975.752	13.989.780	5.146
Valor de depreciação:								
Em 31 de Dezembro de 2014	(62.860)	(17.095)	(1.918.715)	-	(1.606.490)	(486.159)	(4.091.319)	(178)
Adições	(11.104)	(4.579)	(524.197)	-	(398.784)	(58.093)	(996.757)	(246)
Baixas	-	1.264	1.482	-	305	1.018	4.069	-
Transferências	1.340	13.104	36.077	-	21.168	43.795	115.484	-
Em 31 de Dezembro de 2015	(72.624)	(7.306)	(2.405.353)	-	(1.983.801)	(499.439)	(4.968.523)	(424)
Em 31 de Dezembro de 2014	256.402	30.563	3.202.700	742.689	3.769.032	557.314	8.558.700	2.880
Em 31 de Dezembro de 2015	255.994	16.977	3.483.481	412.420	4.376.072	476.313	9.021.257	4.722

(i) Inclui benfeitorias de bens arrendados;

(ii) Inclui arrendamento mercantil financeiro.

11. Intangíveis

	Consolidado				Controladora
	Direito de concessão (i)	Direito de outorga (ii)	Outros	Total	Total
Valor de custo:					
Em 31 de Dezembro 2014	2.408.392	26.200	140.842	2.575.434	8.219
Adições	-	-	582	582	732
Transferências	-	-	34.173	34.173	-
Em 31 de Dezembro 2015	2.408.392	26.200	175.597	2.610.189	8.951
Valor de amortização:					
Em 31 de Dezembro 2014	(213.646)	(16.975)	(69.596)	(300.217)	(2.505)
Adições	(48.656)	(724)	(9.784)	(59.164)	(1.187)
Em 31 de Dezembro 2015	(262.302)	(17.699)	(79.380)	(359.381)	(3.692)
Em 31 de Dezembro 2014	2.194.746	9.225	71.246	2.275.217	5.714
Em 31 de Dezembro 2015	2.146.090	8.501	96.217	2.250.808	5.259

(i) Os direitos de concessão estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizado de forme linear considerando os prazos de concessões das investidas conforme abaixo:

- Malha Paulista – R\$ 254.391 - Término da concessão em Dezembro de 2028
- Malha Norte - R\$ 1.891.699 - Término da concessão em Maio de 2079

(ii) Refere-se ao direito de outorga dos contratos de concessões das controladas ALL Malha Oeste, ALL Malha Paulista e ALL Malha Sul, amortizado pelo prazo do contrato dado que esse ativo possui vida útil definida.

Análise de perda ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente a existência de fatores externos e internos que possam impactar os valores recuperáveis dos ativos imobilizados e intangíveis de suas unidades geradoras de caixa, uma vez que não apresenta ágio. Portanto, ativos imobilizados e ativos intangíveis de vida definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 identificamos indicadores externos de *impairment*, como o aumento da taxa básica de juros e redução do valor de mercado das ações da controladora da Companhia que levaram a realização de teste de *impairment*. Não foram identificados fatores internos que levassem a um teste uma vez que a Companhia (i) atingiu os resultados operacionais de seu plano de negócios, (ii) não teve mudança no uso dos ativos (ii) não apresentou obsolescência ou dano físico aos seus ativos, e também (iii) não apresentou declínio de desempenho dos ativos. As unidades geradoras de caixa da Companhia coincidem com os seus segmentos (i) Operações Norte, (ii) Operações Sul, e (iii) Operações de Contêineres.

O valor recuperável foi determinado utilizando fluxos de caixa descontados determinados pela Administração com base nos orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada negócio, utilizando informações disponíveis no mercado, premissas de orçamento e desempenho anteriores.

A Administração entende adequada a utilização de períodos superiores a 5 anos na elaboração dos fluxos de caixa descontados para refletir o tempo estimado de utilização dos ativos durante o prazo das concessões.

Nesse contexto, dois fluxos de caixa descontados foram elaborados considerando dois diferentes cenários: (i) fluxos somente para o prazo corrente das concessões; e (ii) fluxos considerando as prorrogações das concessões, previstas contratualmente. A Administração já iniciou as tratativas com o poder concedente para a prorrogação dos contratos de concessão das Malhas Paulista e Sul, e considerou altamente provável a renovação dessas concessões na atribuição de probabilidades de ocorrência para cada um dos dois cenários.

Se essa premissa for alterada no futuro em função de uma maior probabilidade de não renovação, o valor contábil da UGC Operações Sul pode vir a exceder seu valor recuperável nos próximos exercícios.

As principais premissas utilizadas foram (i) expectativas do mercado brasileiro de produção de açúcar, soja, farelo e milho, destinados, principalmente, ao volume de exportação, (ii) expectativa em relação aos preços de fretes ferroviários, (iii) disponibilidade de capacidade de transporte e portuária, e (iv) condições macro econômicas.

Todos esses fluxos de caixa futuros foram descontados por taxas entre 8 a 10% após impostos (custo médio ponderado de capital) que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em sua unidade geradora de caixa. Uma variação de 0,5 pontos percentuais na taxa de desconto utilizada gera um impacto de aproximadamente 7% no valor recuperável dos segmentos. O dólar não tem impacto significativo nas projeções e, portanto a flutuação do câmbio não teria efeito significativo no valor recuperável dos segmentos.

O resultado dos testes de *impairment* não indicou nenhuma necessidade de provisão no ano de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015 nenhuma despesa por perda de valor recuperável de ativos foi reconhecida. A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas-chaves conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

Finalmente, não foram identificados em 2015 fatores que pudessem indicar eventual reversão do *impairment* reconhecido em 2014, conforme descrito abaixo.

Impairment de 2014

(i) Perda por redução ao valor recuperável por plano de substituição de locomotivas

Em 2014, a Administração identificou locomotivas que não atendiam certos padrões de eficiência operacional, gerando custos de manutenção, operação e consumo de combustível acima da média, o que ensejou a decisão de substituição dessa frota, para melhorar a produtividade de suas atividades ferroviárias.

Como havia um plano formalizado e houve aprovação por meio do Conselho de Administração durante 2014 para substituição de parte da frota existente, a Companhia registrou provisão para baixa das locomotivas que fazem parte desse plano no montante de R\$ 427.000 com a contrapartida na rubrica de despesa de provisão para *impairment* na demonstração do resultado, uma vez que apesar de ainda serem utilizadas serão descontinuadas em um curto espaço de tempo

(ii) Perda por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e imobilizados

Além do teste descrito no item (i), a Administração identificou para as Operações Sul que os valores presentes dos fluxos de caixa livre desses negócios (método do valor em uso) assim como pelo método do valor justo não eram suficientes para recuperar os correspondentes saldos de ativos intangíveis e imobilizados.

Desta forma, a Administração efetuou provisão para *impairment* no montante de R\$ 757.268 com contrapartida na rubrica de despesa de provisão para *impairment* na demonstração do resultado. Não foi identificada necessidade de provisão para *impairment* nas Operações Norte.

O valor recuperável das unidades geradora de caixa foi determinado em dezembro de 2014, por meio de cálculo do valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela administração para o período de cinco anos.

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Descrição	Encargos financeiros		Controladora		Consolidado		Vencimento
	Indexador ⁽ⁱ⁾	Taxa média anual de juros	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
Finem (BNDES)	Pré-fixado	5,37%	-	-	1.255	-	2020
	URTJLP	8,05%	14.604	-	2.425.610	2.488.366	2029
	SELIC	15,75%	-	-	5.595	-	2020
Finame (BNDES)	Pré-fixado	3,88%	-	24.131	413.367	157.594	2025
	URTJLP	10,85%	-	-	217	203.376	2017
Loan 4131	Dólar (US)	2,40%	90.684	-	90.684	-	2017
NCE	Dólar (US)	3,40%	-	-	126.669	-	2016
	112,00% do CDI	15,97%	-	-	406.805	399.410	2019
	109,00% do CDI	15,51%	-	-	304.644	304.959	2018
	URTJLP	-	-	-	-	116.362	-
NCC	105,90% do CDI	-	-	-	-	11.313	-
FCO	Pré-fixado	-	-	-	-	3.012	-
Bancos Comerciais	CDI + 1,30%	-	-	70.184	-	105.949	-
	107,50% do CDI	-	-	-	-	70.184	-
	Cdi + 1,25 a.a.	-	-	-	-	111.091	-
	260,1% do CDI	-	-	-	-	7.503	-
	CDI + 3,50% a.a	18,13%	-	-	205.781	-	2016
	CDI + 4,91% a.a	19,74%	-	-	195.632	-	2019
	Pré-fixado	20,98%	-	-	3.898	-	2016
			105.288	94.315	4.180.157	3.979.119	
Debêntures	TJLP + 1,5%	8,58%	-	-	2.592	64.271	2016
Debêntures não conversíveis	108,00% do CDI	15,35%	-	-	526.285	518.710	2018
	Pré-fixado (ii)	10,10%	-	-	161.175	162.867	2020
	CDI + 1,65%	-	-	551.572	-	551.572	-
	CDI + 8,40%	-	-	344.294	-	344.294	-
	CDI + 1,65%	-	-	148.783	-	148.783	-
	CDI + 1,65%	-	-	228.771	-	228.771	-
	CDI + 1,30%	15,62%	775.227	769.883	775.227	769.883	2017
	% Receita Líquida	-	-	-	30.316	64.974	2016
Debêntures privadas	CDI + 1,30%	15,62%	859.334	-	-	-	2020
Eliminação aplicações financeiras sobre debêntures			-	-	-	(40.192)	
			1.634.561	2.043.303	1.495.595	2.813.933	
Total			1.739.849	2.137.618	5.675.752	6.793.052	
Circulante			36.881	2.137.618	1.254.743	6.525.461	
Não circulante			1.702.968	-	4.421.009	267.591	

- (i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). SELIC refere-se à taxa *overnight* do Sistema Especial de Liquidação e Custódia. É a taxa média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais na forma de operações compromissadas. O CDI ou Taxa DI *Over* (CDI *Over*) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras. IPCA é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços.
- (ii) Há contratos de *swap* para essas dívidas e as taxas médias anuais de juros já contemplam os efeitos desses instrumentos (ver nota 26).

Todos os empréstimos, financiamentos e debêntures são garantidos por avais da Companhia e suas controladas, nos mesmos montantes e condições do total financiado, inclusive para financiamentos de locomotivas e vagões, nos quais os bens financiados são dados em garantia.

Alguns contratos de financiamento com o BNDES, destinados a investimentos, são também garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com o custo médio de 1,96% a.a. ou por garantias reais (bens) e conta caução. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de fianças bancárias contratado era de R\$ 1.834.421

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 14,14% e TJLP de 7,0%.

As parcelas classificadas como não circulante, deduzidas as amortizações das despesas com as emissões dos títulos e valores monetários e dívidas estruturadas, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	31/12/2015	
	Controladora	Consolidado
13 a 24 meses	843.654	1.768.814
25 a 36 meses	-	864.416
37 a 48 meses	-	509.104
49 a 60 meses	859.314	537.376
61 a 72 meses	-	250.544
73 a 84 meses	-	112.712
85 a 96 meses	-	67.831
Acima de 97 meses	-	310.212
	1.702.968	4.421.009

Os valores contábeis dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia são denominados nessas moedas:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Reais (R\$)	5.458.399	6.793.052
Dólar (US\$)	217.353	-
Total	5.675.752	6.793.052

Linhas de Crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas tinham disponíveis linhas de créditos de financiamento junto ao BNDES, não utilizadas, no montante total de R\$894.678.

Cláusulas Restritivas (“covenants”)

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a determinadas cláusulas restritivas existentes na maioria dos contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros. Os indicadores financeiros consistem em: (i) dívida líquida bancária consolidada/EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, em português LAJIDA); (ii) EBITDA/resultado financeiro consolidado (são considerados somente juros sobre debêntures, empréstimos/financiamentos e operações de derivativos); (iii) patrimônio líquido/ativo líquido, sendo o item (iii) exclusivo para o BNDES. Exceto para o BNDES, cuja mensuração é anual, é necessária a apuração trimestral na data das demonstrações financeiras, utilizando os resultados consolidados da controladora Rumo.

Com a aquisição da Companhia pela Rumo, iniciou-se um processo de discussão com os bancos definindo novos patamares para os *covenants*. Exceto pelo BNDES, cujos novos indicadores de dívida líquida/EBITDA e ICD ainda estão por ser definidos, todos os demais credores já concordaram com um *ratio* de até 5,5x dívida líquida/EBITDA. Se a negociação com o BNDES requerer um *ratio* de alavancagem inferior a este, o *ratio* pactuado será estendido a todos os demais credores com condições de *covenants* equivalentes. Em 31 de dezembro de 2015 os *covenants* financeiros trimestrais estavam atendidos dentro dos novos padrões estabelecidos.

As debêntures possuem cláusulas restritivas, em condições similares àquelas descritas para os empréstimos e também tiveram seu *covenant* de dívida líquida/EBITDA ajustado para 5,5x.

Como o BNDES ainda não definiu quais serão as novas métricas para os *covenants*, a Companhia obteve um *waiver* desta instituição quanto ao cálculo dos indicadores em 31 de dezembro de 2015.

13. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Resultado antes dos tributos	(1.164.944)	(1.906.564)	(1.274.767)	(2.017.108)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Impostos à alíquota nominal	396.081	648.232	433.421	685.817
Ajustes do imposto por:				
Equivalência patrimonial	(266.410)	(500.196)	2.478	3.015
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	886	-	(2.023)	-
Diferença de alíquota em empresas tributadas pelo lucro presumido	-	-	1.133	6.251
Efeito de amortização de ágio fiscal	(16.653)	(19.052)	1.853	(656)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidos (i)	(112.324)	(128.025)	(363.059)	(620.203)
Efeito redução alíquota incentivo SUDAM	-	-	29.039	39.715
Outras diferenças permanentes	(1.580)	(681)	(6.091)	35.720
Despesa de impostos efetiva	-	278	96.750	149.659
Impostos correntes	-	-	(33.522)	(55.448)
Impostos diferidos	-	278	130.272	205.107

- (i) Refere-se principalmente a prejuízos fiscais e diferenças temporárias da Companhia e das controladas Malhas Sul e Oeste, que nas condições atuais não possuem previsibilidade de geração de lucros tributários que justifiquem a contabilização do referido ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos.

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízos fiscais e bases negativas	1.740.580	1.398.308
Variação cambial - Regime de caixa	723	-
Depreciação acelerada	(20.192)	-
Ágio fiscal amortizado	36.962	39.030
Provisão <i>Impairment</i>	350.325	375.086
Provisão para demandas judiciais	188.446	89.592
Provisão para não realização de impostos	17.802	9.234
Provisão para participação nos resultados	18.360	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas	16.562	9.566
Outros	246.790	180.388
Total dos créditos fiscais	2.596.358	2.101.204
(-) Compensação IR Diferido Lei 12.996/2014	-	(99.477)
(-) Créditos não registrados	(1.526.639)	(1.061.492)
	1.069.719	940.235
Ativo	1.069.719	940.235

c) Realização do imposto sobre a renda e contribuição social diferidos

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada é constituído uma provisão para não realização. Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais tributáveis.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresenta a seguinte expectativa de realização de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias:

	31/12/2015
Dentro de um ano	72.696
Após um ano e menor que cinco anos	303.208
Mais de cinco anos	693.815
Total	1.069.719

d) Movimentação dos impostos diferidos (líquidos)

	31/12/2015
Saldo inicial	940.235
Crédito de imposto reconhecido no resultado	130.272
Outros	(788)
Saldo final	1.069.719

14. Fornecedores

O saldo dos fornecedores da Companhia é composto por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Serviços	604	627	149.000	441.953
Materiais, combustíveis e lubrificantes	43	2.195	80.961	542.729
Intercompany	-	50.069	-	-
Outros	35.853	83.809	138.182	1.464
	36.500	136.700	368.143	986.146

15. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais

	Provisão para demandas judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Tributárias	-	-	61.999	51.669
Cíveis, regulatórias e ambientais	-	-	122.604	44.895
Trabalhistas	8.910	2.214	287.502	179.432
	8.910	2.214	472.105	275.996

	Depósitos Judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Tributárias	16	-	17.948	12.212
Cíveis, regulatórias e ambientais	1.360	-	161.177	131.322
Trabalhistas	5.328	4.840	75.589	187.276
	6.704	4.840	254.714	330.810

Movimentação da provisão das demandas judiciais:

	Controladora
	Trabalhistas
Em 31 de dezembro de 2014	2.214
Provisionados no exercício	5.767
Baixas por reversão / pagamento	(202)
Atualização monetária	1.131
Em 31 de dezembro de 2015	8.910

	Consolidado			
	Tributária	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Em 31 de dezembro de 2014	51.669	44.895	179.432	275.996
Provisionados no exercício	27.681	83.515	236.960	348.156
Baixas por reversão	(19.189)	(4.930)	(16.271)	(40.390)
Baixas por pagamento	(796)	(10.882)	(38.825)	(50.503)
Depósito judicial	-	-	(93.926)	(93.926)
Atualização monetária	2.634	10.006	20.132	32.772
Em 31 de dezembro de 2015	61.999	122.604	287.502	472.105

a) Tributárias

➤ *Processos judiciais considerados prováveis de perdas, portanto provisionados:*

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
ICMS - Exportação (i)	50.169	26.671
Compensações de tributos federais com créditos de PIS e COFINS	1.697	1.587
ISSQN	-	10.695
Outros	10.133	12.716
	61.999	51.669

- (i) Os valores provisionados referem-se, essencialmente, a glosa de créditos de ICMS na aquisição de insumos de produção. No entendimento do Fisco, referidos insumos estariam classificados como materiais de uso e consumo, não gerando direito aos créditos de ICMS.

➤ *Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:*

	31/12/2015	
	Controladora	Consolidado
Operações financeiras no exterior (i)	-	911.942
Ganho de capital ALL S.A. (ii)	446.535	446.535
ICMS - Exportação (iii)	15.365	134.732
MP 470 parcelamento de débitos (iv)	-	113.814
PIS/COFINS Tráfego Mútuo (v)	-	92.680
Intermodal (vi)	-	76.914
IRRF <i>Swap</i> (vii)	-	63.034
Plano de Opção de Compra de Ações (viii)	49.551	57.554
PIS/COFINS Malha Sul (ix)	-	50.265
Contribuições Previdenciárias (x)	-	40.855
ICMS Armazéns Gerais (xi)	-	53.713
IOF s/ Mútuo (xii)	1.789	49.844
IRPJ/CSLL (xiii)	32.839	46.771
ICMS TAD (xiv)	-	37.317
Outros	9.838	163.916
	555.917	2.339.886

- (i) Operações financeiras no exterior: Autos de Infração lavrados para exigir diferenças de IRPJ, CSL, PIS e COFINS, relativos aos anos-calendários de 2005 a 2008, em decorrência das seguintes supostas infrações: (a) dedução indevida do Lucro Real e da Base de Cálculo da CSL de despesas financeiras decorrentes de empréstimos celebrados com instituições financeiras no exterior, (b) exclusão indevida do Lucro Real e da Base de Cálculo da CSL de receitas financeiras decorrentes de títulos emitidos pelo Governo da Áustria e pelo Governo da Espanha, (c) não inclusão, no Lucro Real e na Base de Cálculo da CSL, dos ganhos auferidos em operações de *swap*, e não tributação das receitas financeiras decorrentes de tais contratos pelo PIS e pela COFINS, (d) exclusão indevida do Lucro Real e da Base de Cálculo da CSL, realizada a título de créditos de PIS e COFINS, (e) exclusão indevida do Lucro Real e da Base de Cálculo da CSL realizada a título de CSL diferida.
- (ii) Ganho de capital ALL S.A.: Autos de infração emitidos pela Receita Federal em 2011 e 2013 contra a ALL Holding relativo a: a) glosa de despesa de ágio com base em rentabilidade futura, bem como de despesas financeiras; e b) não tributação de suposto ganho de capital na alienação de participação societária em empresa do mesmo grupo econômico.
- (iii) ICMS – Exportação: Os fiscos estaduais autuaram as Malhas pela não tributação pelo ICMS nas faturas de prestação de serviços de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996.

- (iv) MP 470 parcelamento de débitos: A Receita Federal indeferiu parcialmente os pedidos de parcelamento de débitos tributários federais efetuados pela Malha Sul e pela Intermodal, sob o argumento de que os prejuízos fiscais oferecidos pelas empresas não eram suficientes para quitação dos respectivos débitos. A probabilidade de perda é considerada como possível, já que os prejuízos apontados existiam e estavam disponíveis para essa utilização.
- (v) PIS/COFINS Tráfego Mútuo: A Receita Federal autuou a ALL Malha Paulista pela não tributação pelo PIS e COFINS das receitas de tráfego mútuo e direito de passagem faturadas contra a ALL Malha Norte. A chance de perda é considerada como possível tendo em vista que o tributo já foi recolhido pela Concessionária responsável pelo transporte na origem.
- (vi) Intermodal: Auto de infração contra a ALL Intermodal emitido pela Receita Federal relativo a glosa de despesas correspondentes ao pagamento de parcelas variáveis de contrato de arrendamento. A chance de perda é considerada como possível, já que a despesa é usual e necessária às operações da empresa.
- (vii) IRRF Swap: A ALL Malha Paulista teve parte de sua compensação de saldo credor de IRPJ glosada parcialmente pela Receita Federal com base no argumento de que a Companhia não teria direito à compensação do IRRF sobre operações de *swap*.
- (viii) Plano de Opção de Compra de Ações: Auto de infração emitido pelo fisco federal relativo ao não recolhimento de contribuição previdenciária sobre planos de opção de compra de ações da Companhia oferecidos a seus empregados, com base no entendimento que eles tinham natureza de remuneração por serviços prestados.
- (ix) PIS/COFINS Malha Sul: Em 2012, a ALL protocolou pedido de restituição de créditos de PIS/COFINS sobre combustíveis sob a alegação de que os valores cobrados no preço superam o valor do crédito efetivo. Ocorre que a Receita Federal não reconheceu o pedido de restituição e aplicou multa por entender indevido o pedido. A ALL recorreu e aguarda decisão administrativa sobre o tema.
- (x) Contribuições Previdenciárias: O fisco federal autuou a ALL Malha Paulista pelo não recolhimento de contribuições previdenciárias sobre verbas trabalhistas de natureza indenizatória. A probabilidade de perda é considerada como possível pela natureza das verbas, bem como pelo seu caráter de eventualidade.
- (xi) ICMS Armazéns Gerais: Em 2013 a ALL Armazéns Gerais filial de São Paulo recebeu auto de infração do fisco Estadual de São Paulo sob a alegação de que a empresa não estava autorizada a operar como Armazém Geral naquele Estado. A empresa recorreu do auto na esfera administrativa. Ocorre que a empresa esta devidamente registrada na junta comercial com o objeto social de armazéns gerais, bem como o mesmo objeto está registrado na Receita Federal e fisco estadual. Á época da liberação da inscrição estadual o fisco liberou a atividade da empresa, inclusive para emissão de notas fiscais.
- (xii) IOF s/ Mútuo: O Fisco federal pretende fazer prevalecer a incidência de IOF sobre as contas correntes mantidas pela controladora para as coligadas/controladas (parte mais substancial da autuação). No entendimento do fisco, à utilização de uma rubrica contábil como de adiantamentos de despesas à empresas ligadas, sem contrato formal de mútuo, caracteriza a existência de uma conta corrente, devendo-se apurar o IOF devido segundo as regras próprias das operações de crédito rotativo. Os autos de infração ainda estão sendo questionados no âmbito administrativo.
- (xiii) IRPJ/CSLL – Provisões trabalhistas: Trata-se de auto de infração que exige IRPJ e CSLL relativos ao ano de 2009, sob a alegação de que a ALL teria excluído da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL provisões trabalhistas. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela ALL sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando que a ocorrência da decadência e que a ALL atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLL.
- (xiv) ICMS TAD: trata-se de Mandado de Segurança que visa o cancelamento de 49 Termos de Apreensão e Depósito (TADs) em decorrência do equivocado entendimento do Fisco do Mato Grosso no sentido de que a empresa deveria ter emitido o Documento Auxiliar do Conhecimento do Transporte Eletrônico (DACTE) para acompanhar os serviços de transporte ferroviário de cargas prestados em maio e junho de 2011 e não o Despacho de Cargas em Lotação (DCL). Os TADs visam à cobrança de ICMS e de multa de 50% sobre o valor das operações autuadas e foram mantidos em sede de processo administrativo fiscal. Por se tratar de cobrança indevida e ilegal, a Companhia aguarda a reversão perante o Poder Judiciário.

b) Cíveis, regulatórias e ambientais

➤ *Processos judiciais considerados prováveis de perdas, portanto provisionados:*

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Cíveis (i), regulatórias (ii) e ambientais (iii)	122.604	44.895

➤ *Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:*

	31/12/2015	
	Controladora	Consolidado
Cíveis (i)	381.193	1.222.809
Regulatórias (ii)	-	339.267
Ambientais (iii)	1.323	295.174
	382.516	1.857.250

- (i) Cíveis: As controladas são parte em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos ações indenizatórias em geral, tais como: abaloamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes. Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequados, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá vir a ser exigido para liquidar as ações.
- (ii) Regulatórias: Referem-se principalmente a multas e discussões junto a ANTT.
- (iii) Ambientais: Tais valores decorrem de autuações feitas pela CETESB (SP), IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente.

c) Trabalhistas

➤ *Processos judiciais considerados prováveis de perdas, portanto provisionados:*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Reclamações trabalhistas (i)	8.910	2.214	287.503	179.432

➤ *Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:*

	Controladora	Consolidado
Reclamações trabalhistas (i)	9.325	485.933

- (i) A Companhia e suas controladas discutem diversas ações de natureza trabalhista, movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. Das ações em andamento, os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, adicional noturno, insalubridade e de periculosidade, eventual descumprimento de normas regulamentadoras do MTE, reintegração de emprego, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais e outros.

16. Arrendamento mercantil

Arrendamentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem contratos de aluguel, principalmente de vagões e locomotivas que, no julgamento da Administração, se enquadram como arrendamento financeiro.

Os saldos das obrigações relativas aos contratos de arrendamentos financeiros são:

	31/12/2015	31/12/2014
Valor presente dos pagamentos mínimos futuros		
Material rodante	1.595.997	1.693.521
Terminal	136.078	105.173
Outros	9.626	4.832
	1.741.701	1.803.526
Circulante	539.615	432.563
Não circulante	1.202.086	1.370.963

Os contratos de arrendamento têm diferentes prazos de vigência, sendo o último com vencimento em junho de 2022. Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI.

Bens	Total dos pagamentos mínimos futuros			Total
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Pagamentos mínimos futuros				
Material rodante	686.433	1.099.532	167.449	1.953.414
Terminal	24.197	87.480	120.471	232.148
Outros	4.888	6.796	-	11.684
	715.518	1.193.808	287.920	2.197.246
Juros na parcela				
Material rodante	(158.505)	(178.914)	(19.997)	(357.416)
Terminal	(16.458)	(47.970)	(31.641)	(96.069)
Outros	(940)	(1.120)	-	(2.060)
	(175.903)	(228.004)	(51.638)	(455.545)
Total	539.615	965.804	236.282	1.741.701

Arrendamentos operacionais

Bens	Total dos pagamentos mínimos futuros			Total
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Locomotivas	12.776	2.114	-	14.890
Vagões	6.469	19.413	13.528	39.410
Total	19.245	21.527	13.528	54.300

Os pagamentos das prestações dos arrendamentos mercantis operacionais (aluguéis) são reconhecidos como despesas (nota 22) em base linear correspondente ao prazo de vigência dos seus respectivos contratos.

17. Arrendamentos e concessões

A Companhia e suas controladas reconhecem suas despesas relacionadas aos contratos operacionais de arrendamento e concessão, linearmente, de acordo com o decorrer dos prazos dos contratos.

O passivo de arrendamento e concessão equivale ao valor corrigido das outorgas, líquido dos pagamentos efetuados até a data do balanço, conforme demonstrado a seguir:

31/12/2015			
	Arrendamentos	Concessões	Total
Valor a pagar			
Malha Sul	39.157	26.748	65.905
Malha Paulista	-	24.944	24.944
	39.157	51.692	90.849
Valores em discussão judicial:			
Malha Paulista	1.174.139	1.559	1.175.698
Malha Oeste	899.369	58.328	957.697
	2.073.508	59.887	2.133.395
Total	2.112.665	111.579	2.224.244
Circulante			20.205
Não circulante			2.204.039

31/12/2014			
	Arrendamentos	Concessões	Total
Valor a pagar			
Malha Sul	40.559	24.730	65.289
Malha Paulista	-	22.687	22.687
	40.559	47.417	87.976
Valores em discussão judicial:			
Malha Paulista	999.935	1.559	1.001.494
Malha Oeste	764.072	50.359	814.431
	1.764.007	51.918	1.815.925
Total	1.804.566	99.335	1.903.901
Circulante			18.453
Não circulante			1.885.448

Valores em discussão judicial

A Companhia questiona na justiça o desequilíbrio econômico financeiro de certos Contratos de Arrendamento e Concessão.

Em abril de 2004, ALL Malha Paulista ajuizou uma Ação Cautelar e, posteriormente, Ação Declaratória perante a 21ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro questionando o desequilíbrio econômico financeiro dos Contratos de Concessão e Arrendamento, em decorrência do elevado desembolso que a companhia possui com o pagamento de processos judiciais trabalhistas e demais custos envolvidos, que são de responsabilidade da Rede Ferroviária Federal S.A., nos termos expressos no edital de licitação.

A ALL Malha Paulista requereu a concessão de liminar para suspensão do pagamento das parcelas dos contratos de concessão e arrendamento, vencidas e vincendas, bem como a compensação do saldo credor decorrente das verbas trabalhistas pagas pela ALL com o valor cobrado pela União. Em abril de 2005, a liminar foi deferida, suspendendo-se a exigibilidade das parcelas por 90 dias, determinando-se a realização de perícia. Em julho de 2005, foi prorrogada a suspensão da exigibilidade por mais 90 dias. Em setembro de 2005, a referida liminar foi cassada pelo Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro. Em janeiro de 2006, foi deferido pedido de suspensão da exigibilidade das parcelas, mediante depósito. O valor relativo às parcelas de arrendamento vinha sendo depositado em juízo até outubro de 2007, quando a Companhia obteve autorização judicial para substituir os depósitos judiciais por carta fiança bancária. Em outubro de 2015 foi proferida sentença que julgou parcialmente procedente a ação reconhecendo a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, permitindo que a Companhia realize a compensação de parte dos valores reclamados em contra partida ao débito apresentado. Não obstante, a Companhia entende que todo valor discutido no processo é passível de compensação, em razão da previsão constante nas cláusulas 7 e 10 do Edital de Licitação.

A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia as chances de êxito como provável relativo ao valor da sentença concedida e como possível em relação às verbas rescisórias, mas mantém o registro do débito por se tratar de obrigação contratual ainda não retirada da companhia.

A ALL Malha Oeste também pleiteia o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, perdido pelo cancelamento de contratos de transporte existentes no momento da desestatização configurando alteração do cenário regulatório e condições estabelecidas no Edital de Desestatização – adicionalmente, as previsões de crescimento que definiram o valor do negócio não se materializaram.

A ação tramita na 16ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro. O valor referente às parcelas vencidas estava tendo o juízo garantido mediante a aquisição de títulos da dívida pública (Letras Financeiras do Tesouro – LFT). Em março de 2008 a ALL Malha Oeste obteve autorização para substituir a garantia por fiança bancária e em maio de 2008 a ALL Malha Oeste resgatou os valores. Em dezembro de 2014 foi proferida sentença que julgou procedente a ação reconhecendo a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, restando agora a definição de perícia para se apurar o valor do desequilíbrio e aspectos relacionados. Em dezembro de 2015 foi deferido pedido de substituição das cartas de fiança apresentadas por seguro garantia.

A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia as chances de êxito como provável, mas mantém o registro do passivo financeiro por se tratar de obrigação contratual ainda não retirada da Companhia, e porque o valor ainda pende de compensação.

Os depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2015 referentes às ações acima mencionadas totalizam:

	31/12/2015
Malha Paulista	116.510
Malha Oeste	18.060
	134.570

Os depósitos judiciais estão contabilizados no grupo de “regulatórias” conforme nota 15.

18. Certificado de recebíveis imobiliários

A Companhia e suas controladas firmaram contratos de alugueis de terminais que foram objetos de securitização que resultou em cessão dos direitos destes créditos, cujo saldo é:

Terminal	Taxa	Prazo	Data inicial	Controladora		Consolidado	
				31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Terminal Intermodal de Tatuí-SP	12,38% a.a.	31/03/2018	29/02/2008	55.753	59.018	55.753	118.637
Terminal de Alto Araguaia-MT	CDI + 2,6% a.a.	30/11/2018	28/11/2008	-	-	229.253	241.300
Total				55.753	59.018	285.006	359.937
Circulante				19.682	59.018	88.089	359.937
Não circulante				36.071	-	196.917	-

Os certificados de recebíveis imobiliários não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	Consolidado
	31/12/2015
13 a 24 meses	114.323
25 a 36 meses	82.594
	196.917

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado, estava representado por 681.995.165 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2015 e 687.664.312 em 31 de dezembro de 2014.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independente de reforma estatutária, até o limite de 820.000.000 ações ordinárias.

b) Ações em tesouraria

Em 07 de Abril de 2015, a Companhia possuía 5.665.847 ações ordinárias em Tesouraria, mas em função do processo de incorporação, essas ações foram canceladas no mesmo dia.

c) Incentivos fiscais – SUDAM

A ALL Malha Norte obteve através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM o direito à redução do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional.

O benefício fiscal compreende redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração até 2024. O efeito da redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis calculados até 31 de dezembro de 2015 sobre o lucro da exploração foi de R\$ 29.039 neste exercício, contabilizado como redutor da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social da controlada ALL Malha Norte.

d) Remuneração baseada em ações

Com o processo de aquisição da Companhia pela Rumo o plano de remuneração baseado em ações existente foi cancelado e assumido pela Rumo. Com isso o valor justo das opções existentes foi recalculado na data da transação em 01 de abril de 2015.

O total de 1.478.659 opções foi assumido pela controladora a um valor justo médio por opção de R\$0,18 apurado pelo método binomial. O preço médio de exercício é de R\$5,03. Esta mensuração gerará uma despesa total relativa ao plano de R\$264 ao longo do período de *vesting* do plano.

20. Prejuízo por ação

As tabelas a seguir estabelecem o cálculo de prejuízos por ação, de operações continuadas e descontinuadas (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Resultado básico e diluído por ação		
Numerador		
Resultado líquido do exercício operação continuada	(1.164.944)	(1886.708)
Resultado líquido do exercício operação descontinuada	(11.699)	(150.432)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	681.995	682.208
Resultado por ação - operação continuada		
Resultado básico e diluído por ação ordinária	<u>R\$ (1,7081)</u>	<u>R\$ (2,7656)</u>
Resultado por ação - operação descontinuada		
Resultado básico e diluído por ação ordinária	<u>R\$ (0,0172)</u>	<u>R\$ (0,2205)</u>

Instrumentos antidilutivos

Os acionistas não controladores da controlada indireta Brado, têm direito de exercer a Opção de Liquidez prevista no acordo de acionistas celebrado em 05 de agosto de 2013. Tal opção consiste na substituição da totalidade das ações detidas pelos referidos acionistas não controladores por uma quantidade de ações da Companhia determinada de acordo com a razão de troca estabelecida, que leva em consideração o valor econômico de cada entidade. A critério exclusivo da Companhia, um pagamento equivalente em caixa também é possível.

A ALL Malha Norte emitiu para o BNDES Participações S.A., debêntures conversíveis em ações, remunerada a juros de mercado, no valor de R\$2.592 em 31 de dezembro de 2015, cujo prazo de vencimento é junho de 2016. A conversão, se realizada em 1º de janeiro de 2015, resultaria na emissão de 13.890 novas ações da ALL Malha Norte.

21. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita bruta	44.605	51.503	4.538.388	4.259.250
(-) Deduções (Impostos, descontos e cancelamentos)	(4.144)	(5.188)	(389.572)	(593.026)
Receita operacional líquida	40.461	46.315	4.148.816	3.666.224

22. Despesas por natureza

O grupo de despesas é demonstrado no resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade está detalhada como segue:

a) Despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Despesas com pessoal	(1.314)	(23.699)	(519.927)	(420.324)
Despesas com transporte	(8.486)	(15.807)	(1.628.950)	(1.177.665)
Depreciação e amortização	(50.089)	(57.919)	(1.055.921)	(612.282)
<i>Impairment</i>	-	(89.196)	-	(1.103.195)
Arrendamento e concessão	-	-	(185.159)	(170.190)
Arrendamento mercantil operacional	-	-	(24.364)	(143.466)
Outras despesas	(10.916)	(13.566)	(349.738)	(732.483)
	(70.805)	(200.187)	(3.764.059)	(4.359.605)

b) Classificados como:

Custo dos serviços prestados	(55.465)	(56.815)	(3.460.347)	(2.980.678)
Gerais, comerciais e administrativas	(15.340)	(54.176)	(303.712)	(275.732)
Provisão para <i>impairment</i>	-	(89.196)	-	(1.103.195)
	(70.805)	(200.187)	(3.764.059)	(4.359.605)

23. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Custo da dívida bruta				
Juros sobre dívida	(279.482)	(254.321)	(645.844)	(693.406)
Variação monetária e cambial sobre dívida	(45.951)	(19.983)	(84.603)	(27.847)
Derivativos	13.760	5.913	26.155	8.487
	(311.673)	(268.391)	(704.292)	(712.766)
Rendimento de aplicação financeira	5.216	5.085	126.274	215.763
Custo da dívida, líquida	(306.457)	(263.306)	(578.018)	(497.003)
Outros encargos e variações monetárias				
Outros encargos e variações monetárias	(8.898)	(5.863)	(177.611)	(221.398)
Arrendamento e concessão	-	-	(230.361)	(161.982)
Arrendamento mercantil	-	-	(183.389)	(324.873)
Despesas bancárias	(3.187)	(16.983)	(87.146)	(82.522)
	(12.085)	(22.846)	(678.507)	(790.775)
Total	(318.542)	(286.152)	(1.256.525)	(1.287.778)
Despesas financeiras	(295.209)	(282.286)	(1.350.445)	(1.502.523)
Receitas financeiras	8.858	10.204	152.368	234.106
Variação cambial, líquida	(45.951)	(19.983)	(84.603)	(27.848)
Derivativos	13.760	5.913	26.155	8.487
Resultado financeiro líquido	(318.542)	(286.152)	(1.256.525)	(1.287.778)

24. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Resultado na venda estoques e inservíveis	5.565	200	54.567	5.872
Resultado na venda de imobilizado	2	744	(11.801)	1.671
Taxas /impostos	(1.086)	(183)	(24.198)	(60.053)
Provisão para demandas judiciais	(4.733)	-	(275.392)	-
Custos da transação Rumo-ALL	(33.000)	-	(33.000)	-
Remediações	-	-	(44.930)	-
Outras	754	3.864	(75.534)	7.693
Total	(32.498)	4.625	(410.288)	(44.817)

25. Operações descontinuadas

Os resultados de operações descontinuadas de 31 de dezembro de 2015 (ALL Argentina) e 2014 (ALL Argentina, Vetria e Ritmo) estão apresentados a seguir:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receita líquida	-	226.067
Custo dos serviços prestados	-	(211.019)
Lucro bruto	-	15.048
Resultado de participações acionárias e outros		(128.548)
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(3.256)	(32.167)
Resultado financeiro	(9.590)	(4.864)
	<u>(12.846)</u>	<u>(165.579)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(12.846)	(150.531)
Imposto de renda e contribuição social	(15)	(9)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	363
Participações de minoritários	-	(255)
Prejuízo das operações descontinuadas	<u>(12.861)</u>	<u>(150.432)</u>

O fluxo de caixa operacional das operações descontinuadas totalizou uma saída de R\$ 360 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

26. Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (a) Risco de crédito;
- (b) Risco de liquidez; e
- (c) Risco de mercado

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas, a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco.

Os valores contábeis e a separação por categoria dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ativos		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Títulos e valores mobiliários	508.268	190.977
Caixa e equivalentes de caixa (Fundos exclusivos)	1.172	252.716
	509.440	443.693
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	34.660	1.074.406
Contas a receber de clientes	121.237	396.715
Caixa restrito	200.893	197.565
	356.790	1.668.686
Valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos	18.501	-
Total	884.731	2.112.379
Passivos		
Passivo pelo custo amortizado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.675.752	6.793.052
Arrendamento mercantil	1.741.701	1.803.526
Certificado de recebíveis imobiliários	285.006	359.937
Fornecedores	368.143	986.146
Outros passivos financeiros	236.697	-
Pagáveis a partes relacionadas	649.520	-
Dividendos a pagar	7.371	5.276
Parcelamento de débitos - REFIS	23.562	28.599
	8.987.752	9.976.536
Valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos	20.281	13.040
Total	9.008.033	9.989.576

Durante o exercício, não houve reclassificação entre as categorias apresentadas acima.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho de Administração acompanha o Gerenciamento de Risco através de reportes da Alta Administração da Companhia, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Administração através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca manter um ambiente de disciplina e controle no quais todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da controladora supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos qual a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

Todas as atividades com derivativos para fins de gestão de risco são realizadas por equipes especializadas com as habilidades, experiência e supervisões apropriadas. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os valores justos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para proteger a exposição ao risco da Companhia estavam utilizando dados observáveis, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos descontados com base em curvas de mercado e estão apresentados a seguir:

	Consolidado			
	Nocional		Valor justo	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Contratos de <i>Swap</i> (juros)	182.892	378.995	(37.266)	(13.040)
Contratos de <i>Swap</i> (juros/câmbio)	214.399	-	35.486	-
Total de instrumentos contratados pela Companhia	397.291	378.995	(1.780)	(13.040)
Ativos			18.501	-
Passivos			(20.281)	(13.040)

(a) **Risco de crédito**

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e equivalentes de caixa (ii)	35.832	1.327.122
Títulos e valores mobiliários (ii)	508.268	190.977
Caixa restrito (ii)	200.893	197.565
Contas a receber de clientes (i)	121.237	396.715
Instrumentos financeiros derivativos (ii)	18.501	-
	884.731	2.112.379

- (i) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data de reporte em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros.

- (ii) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é o valor registrado, como demonstrado na nota 12, com exceção das garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos. A exposição máxima em relação a garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos são apresentados no quadro de liquidez abaixo.

O risco de crédito sobre caixa e equivalente de caixa, títulos e valores mobiliários e caixa restrito é determinado por instrumentos de *rating* amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos como segue:

	31/12/2015
AAA	348.644
AA+	58.770
AA	130.482
BB+	207.097
Em 31 de dezembro de 2015	744.993

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas encontrem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2015				
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Arrendamento Mercantil	(715.516)	(551.208)	(642.599)	(223.130)	(2.132.453)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.757.256)	(2.208.062)	(2.354.343)	(870.985)	(7.190.646)
Certificado de recebíveis imobiliários	(138.869)	(138.869)	(104.821)	-	(382.559)
Instrumentos financeiros derivativos	(7.266)	(12.846)	15.927	5.965	1.780
Fornecedores	(368.143)	-	-	-	(368.143)
Outros passivos financeiros (i)	(236.697)	-	-	-	(236.697)
Parcelamento de débitos - REFIS	(6.408)	(6.107)	(14.155)	(3.356)	(30.026)
Dividendos a pagar	(7.371)	-	-	-	(7.371)
Pagáveis a partes relacionadas	(649.520)	-	-	-	(649.520)
Total	(3.887.046)	(2.917.092)	(3.099.991)	(1.091.506)	(10.995.635)

Os saldos de arrendamentos e concessões não foram considerados na análise de risco de liquidez por conta dos valores em discussões judiciais, conforme mencionado na nota explicativa 17 – Arrendamento e Concessões.

Conforme mencionado na nota 1, a Administração vem trabalhando em medidas que permitam a Companhia honrar seus compromissos, e um dos pilares é a renegociação das dívidas vincendas entre 2016 e 2018, que alinhado ao aumento de capital previsto para o primeiro semestre de 2016, trarão o devido respaldo financeiro para mitigar de forma adequada o risco de liquidez, ora suportado pelo compromisso de liquidez de R\$750.000 garantido pelo controlador.

- (i) A Companhia possui acordo com instituições financeiras que possibilita a alguns de seus fornecedores a antecipação de seus recebíveis para com a Companhia. Tais operações são usualmente denominadas pelo mercado como "*confirming*", "*forfaiting*" ou "risco sacado" e são consideradas instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo consolidado antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$ 264.800 (R\$0 em 2014). Todas essas operações tiveram o Banco Itaú como contraparte, a uma taxa média de 15,96% a.a. O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela taxa anteriormente mencionada, é de 3 meses.

(c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado – tais como as taxas de câmbio e taxas de juros – irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela política de gestão de riscos.

I. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia e suas controladas apresentavam a seguinte exposição líquida à variação cambial em ativos e passivos denominados em Dólares americanos (US\$):

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e equivalentes de caixa	3.784	-
Adiantamentos à fornecedores	85.155	-
Fornecedores	(15.894)	(22.843)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(217.353)	-
Instrumentos financeiros derivativos (<i>Notional</i>)	214.399	-
Exposição cambial, líquida.	<u>70.091</u>	<u>(22.843)</u>

Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de câmbio:

O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado Dólar EUA em 31 de dezembro de 2015. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio Dólar EUA usados no cenário provável.

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2015, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/US\$) de 25% e 50%. O cenário provável considera as taxas de câmbio a vista em 31 de dezembro de 2015, como segue:

	Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R\$/US\$)					
	31/12/2015	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Em 31 de dezembro de 2015	3,9048	3,9048	4,8810	5,8572	2,9286	1,9524

Considerando o cenário acima, os ganhos e perdas seriam afetados da seguinte forma:

31/12/2015						
Exposição taxa de câmbio	Fator de Risco	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	3.784	946	1.892	(946)	(1.892)
Adiantamentos à fornecedores	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	85.155	21.289	42.578	(21.289)	(42.578)
Fornecedores	Aumento na taxa de câmbio R\$/US\$	(15.894)	(3.974)	(7.947)	3.974	7.947
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Aumento na taxa de câmbio R\$/US\$	(217.353)	(54.338)	(108.677)	54.338	108.677
Instrumentos financeiros derivativos <i>(Notional)</i>	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	214.399	53.600	107.200	(53.600)	(107.200)
Impacto no resultado do exercício			17.523	35.046	(17.523)	(35.046)

II. Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas monitoram as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a algumas dívidas, principalmente aquelas vinculadas ao risco de LIBOR, e utiliza-se de instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos.

Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de juros:

A análise de sensibilidade sobre as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento e redução de 25% e 50% está apresentada a seguir:

Exposição taxa de juros	31/12/2015				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	32.505	8.126	16.253	(8.126)	(16.253)
Títulos e valores mobiliários	71.869	17.967	35.935	(17.967)	(35.935)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(515.130)	(128.782)	(257.565)	128.782	257.565
Derivativos de taxa de juros	(1.780)	14.044	28.089	(14.044)	(28.089)
Certificado de recebíveis imobiliários	(40.300)	(10.075)	(20.150)	10.075	20.150
Arrendamento mercantil	(246.277)	(61.569)	(123.138)	61.569	123.138
Impacto no resultado do exercício		(160.289)	(320.576)	160.289	320.576

- (i) Os índices de CDI e TJLP considerados: 14,14% a.a. e 7% a.a., respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros representa o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.
- O valor justo se aproxima substancialmente dos valores registrados devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis, veja detalhes na nota 12.

A Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos junto a diversas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Os derivativos são mensurados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado referem-se, principalmente, a *swaps* de taxas de juros e contratos cambiais a termo.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado utilizando técnicas de avaliação e dados de mercado observáveis. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e *swaps*, com cálculos a valor presente. Os modelos consideram diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo e curvas das taxas de juros.

Ativos financeiros de R\$ 527.941 e passivos financeiros de R\$ 20.281 estão mensurados a valor justo de acordo com o Nível 2, sem nenhuma mensuração no nível 3. Demais instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado que se aproxima dos valores justos na data do balanço.

Gestão de capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital adequado a cada um de seus negócios, onde a Companhia define como sendo o resultado de atividades operacionais dividido pelo patrimônio líquido total.

27. Informações por segmento

A Administração avalia o desempenho de seus segmentos operacionais com base no resultado operacional.

Conforme mencionado na nota explicativa 2.5, com a aquisição da Companhia pela Rumo, os segmentos operacionais foram revisados e passaram a ser definidos como segue:

Segmentos operacionais

- (i) Operações Norte: composto pelas operações ferroviárias e transbordo nas áreas de concessão da Companhia, da ALL Malha Norte e da ALL Malha Paulista.
- (ii) Operações Sul: composto pelas operações ferroviárias e transbordo na área de concessão da ALL Malha Sul e da ALL Malha Oeste.
- (iii) Operações de Contêineres: composto pela Brado que tem foco em logística de contêineres seja por transporte ferroviário ou rodoviário e outros resultados de operações deste segmento presente nas malhas.

As informações por segmento foram preparadas de acordo com as mesmas práticas contábeis utilizadas na preparação das informações consolidadas.

31/12/2015

	Operações Norte	Operações Sul	Operação de containers	Consolidado
Receita líquida	2.723.342	1.115.951	309.523	4.148.816
Custo dos serviços prestados	(2.095.552)	(1.084.686)	(280.109)	(3.460.347)
Lucro bruto	627.790	31.265	29.414	688.469
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(171.646)	(76.167)	(55.899)	(303.712)
Outras despesas e equivalências patrimoniais	(312.750)	(96.335)	6.086	(402.999)
Resultado operacional	(484.396)	(172.502)	(49.813)	(706.711)

31/12/2014

	Operações Norte	Operações Sul	Operação de containers	Consolidado
Receita líquida	2.280.476	1.100.643	285.105	3.666.224
Custo dos serviços prestados	(1.814.356)	(862.984)	(303.338)	(2.980.678)
Lucro bruto	466.120	237.659	(18.233)	685.546
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(147.653)	(78.104)	(49.975)	(275.732)
Outras despesas e equivalências patrimoniais	(221.902)	(925.212)	7.970	(1.139.144)
Resultado operacional	(369.555)	(1.003.316)	(42.005)	(1.414.876)

* * *